

Trajetórias de exclusão social:
rupturas de vida e abandono entre usuários de crack

Julie Hanna de Souza Cruz e Costa¹

Resumo

Este artigo compõe parte de um estudo mais amplo que buscou analisar a trajetória de usuários de crack residentes de uma comunidade terapêutica do Recife, utilizando, para tanto, como chave interpretativa, o conceito de *exclusão social*. Deste contexto geral, ele dará conta especificamente da forma como a *exclusão* se apresentou no âmbito das vinculações e relações interpessoais dos entrevistados. Para os mesmos, os papéis sociais associados à família são reforçados na expectativa e, muitas vezes, frustrados na prática, de modo que o desprezo e a desconfiança por parte dos entes queridos foram constantes. Mas se houve abandono e rejeição, houve também construção, redes outras de relações, que, no entanto, foram se desfazendo até desaparecerem no quase autoisolamento. Em resumo, as trajetórias de rupturas e de *exclusão social* apresentadas foram inicialmente provocadas e estimuladas por agentes externos, sendo, no fim, desejada por um indivíduo que não mais suportava a rejeição e a dureza de um padrão do qual ele mesmo se percebia “*fora*”.

Palavras-chave: Crack; exclusão social; vínculos socioafetivos.

Trajectories of social exclusion:
life ruptures and abandonment among Brazilian crack users

Abstract

Based on the interpretative key of *social exclusion*, this article composes a part of a larger study that sought to analyze the trajectories of Brazilian crack users. More precisely, it focuses on the intersubjective dimension of this phenomenon, revealing how *exclusion* was experienced by the actors within the scope of the interpersonal relationships and social networks. It found that family and friends' social roles were at the same time reinforced in expectation and frustrated in practice. As a result of this disruption, participants who felt excluded reported consequential feelings like *distrust*, *abandonment*, *rejection*, *lonely*, which incited them to isolate themselves. In short, the trajectories of ruptures and social exclusion presented were initially provoked and stimulated by external agents, and, in the end, desired by an individual who no longer endured the rejection and resistances of his originals social groups.

Keywords: Crack; social exclusion; social-affective relations.

¹ Université de Caen, França. E-mail: julie.costa@live.com.

1. Introdução

A *exclusão social* é um tema central na Sociologia, englobando inúmeros grupos sociais, suas problemáticas e complexidades (MARTINS, 1997, 2003; DUPAS, 1999; ESCOREL, 2006; COSTA, 2014). Nas últimas décadas, os fenômenos compreendidos por ela foram objeto de estudo de várias vertentes do pensamento sociológico (GIDDENS & TURNER, 1999; DOMINGUES, 2001), tomando também proporções significativas em função de dinâmicas econômicas contemporâneas, dentre as quais as alterações no contexto produtivo (NASCIMENTO, 1994; ESCOREL, 2006). Dentro deste panorama de estudos sobre a *exclusão*, alguns grupos receberam especial visibilidade, como, por exemplo, os moradores de rua, os indivíduos tocados por questões de raça e cor, e ainda, no Brasil atual, os usuários de drogas ditas “*pesadas*” como o crack². No que tange a esse último grupo, no centro do debate público atual (Souza et al., 2016), sua centralidade se dá, de um lado, por seus impactos associados à saúde³ e ordem⁴ públicas⁵ e, de outro lado, pela situação social de “*desolamento*” no qual se encontram aqueles sujeitos que são considerados usuários abusivos (MELOTTO, 2009; BRAGA, 2010; GOMES & ADORNO, 2011; MACHADO, 2011; FRÚGOLI & CAVALCANTI, 2012; RUI, 2012; ACIOLI NETO, 2014; COSTA, 2014).

² O crack surgiu no contexto brasileiro enquanto objeto de discussão a partir da década de 1990, sendo, poucos anos depois, identificado enquanto epidêmico, e tornando-se, assim, alvo de esforços políticos, inclusive federais (BRAGA, 2010; RUI, 2012; COSTA, 2014). Ao buscar compreender criticamente os elementos envolvidos nessa problemática, a Sociologia, através de investigações qualitativas e quantitativas, tem se inserido no debate, e proporcionado perspectivas e abordagens plurais que em muito enriquecem as discussões (BRAGA, 2010; COSTA, 2014). Segundo Braga (2010), a disciplina vinha tratando principalmente de traçar perfis de usuários e identificar elementos sociais associados a esses perfis. Nappo (1994 *apud* BRAGA, 2010) identificara, por exemplo, que “o isolamento social, o descuido com o próprio corpo, a quebra de relacionamentos afetivos e familiares, a paranoia e os atos antissociais praticados (mentiras, roubos etc.) acabam por levar os usuários de crack à marginalização”.

³ Os usuários de crack possuem, além de alto grau de exposição a doenças sexualmente transmissíveis como o HIV, efeitos físicos outros como queimaduras, convulsões, taquicardias etc. Somam-se a esses efeitos hipertensão, taquipnéia (respiração acelerada), hipertermia (aumento da temperatura corpórea), tremores e sudoreses, além de distúrbios de ordem psíquica como a paranoia (ACIOLI NETO, 2014). Para um detalhamento dos efeitos dessa substância sobre a saúde e o corpo, ver, por exemplo, o mapeamento de Braga (2010) e a etnografia de Rui (2012, 2016).

⁴ O crack é, costumeiramente, sobretudo pela grande mídia, associado à violência e a práticas ilegais como o tráfico (DAUDELIN & RATTON, 2017). Esses fatores, associados a estereótipos patologizantes, têm justificado, por exemplo, medidas de higienização social, práticas violentas em ambientes de consumo, e iniciativas de internação compulsória (BRAGA, 2010; FRÚGOLI & CAVALCANTI, 2012; RUI, 2012; RUI, FIORE & TÓFOLI, 2016).

⁵ Como bem identificou Braga (2010, p. 27), a relevância do crack é evidente na agenda pública dado que “a transversalidade dos efeitos deletérios dessa substância perpassa as pastas da segurança pública, da saúde, da educação, do sistema de ressocialização, do turismo, do desenvolvimento etc.”.

Se, neste contexto, como dito, os usuários de crack são continuamente associados à noção de *exclusão*, não encontrei trabalhos que esmiuçassem a maneira como este grupo estaria, empírica e teoricamente, próximo da mesma, o que representa, ao mesmo tempo, uma lacuna e um horizonte de exploração. É na finalidade de completar esta lacuna que meu estudo se propõe. Visto, no entanto, a multidimensionalidade do fenômeno da *exclusão*⁶, ele se debruçara especificamente sobre a sua dimensão socioafetiva. Nesse sentido, tendo em vista aprofundar a compreensão sobre as trajetórias de *exclusão* de usuários do crack, este artigo abordará, a partir de suas perspectivas e narrativas de vida, rupturas por eles experienciadas, assim como elementos outros associados a um quadro geral de desvinculação, como o autoisolamento.

Para que isso seja possível, nas linhas que se seguem, farei inicialmente uma breve síntese histórica e teórica sobre a *exclusão social*, apresentando as principais lentes as quais dirigiram o olhar lançado por este empreendimento sobre as trajetórias de meus interlocutores. Em seguida, também após algumas colocações metodológicas breves que iluminarão minhas práticas de pesquisa, exporei os elementos centrais trazidos por meus interlocutores em entrevista, assim como seus desdobramentos analíticos. Por fim, apontarei conclusões possíveis do estudo proposto, assim como elucidarei seus limites e contribuições.

2. A *exclusão social* em debate

As iniquidades sociais fazem parte da história do mundo antes mesmo dos relatos das insalubres fábricas, não sendo, por exemplo, a pobreza e a desigualdade fenômenos tipicamente modernos (NASCIMENTO, 1997). Dentro desta permanência factual, há, no entanto, uma mudança de proporções no que tange à amplitude dessas questões. Elas se espalharam principalmente em função de processos históricos modernos, como o êxodo rural em massa e a tecnificação da produção (ESCOREL, 2006; NASCIMENTO, 1997; MARTINS, 1997, 2002).

Mas a mudança se deu também, em vários aspectos, na forma de expressão desses fenômenos, embora eles sejam percebidos ainda sobre categorias de entendimento comuns. Dito de outro modo e mais objetivamente: há diferenças importantes entre, por exemplo, o *lumpenproletariat* de Karl Marx (1988) e os moradores de rua de Sarah Escorel (2006), mesmo que eles estejam associados por similitudes temáticas e analíticas. Escorel (2006) trata também de um fenômeno no qual os indivíduos experienciam processos de estigmatização e pauperismo⁷,

⁶ Essa multidimensionalidade foi por mim explorada em outro contexto de escritura (COSTA, 2014), onde se pode igualmente encontrar a continuidade de meus estudos sobre os usuários de crack em situação de exclusão.

⁷ Para Marx, “o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (Marx, 1988, p. 747).

mas, em contraponto ao *lumpen*, em sua integralidade, eles não mais servem sequer enquanto exército de reserva⁸. Eles são a parte “desnecessária” da sociedade, ou, como tratou Escorel, os *excluídos*, ou vítimas da *exclusão social*⁹.

José de Souza Martins (2002) nos cede, a partir de suas análises, uma perspectiva interessante para se entender como o aprofundamento das iniquidades sociais veio desembocar no que hoje se entende por *exclusão social*. Essa teria se dado sobremaneira, segundo ele, a partir do processo de diluição do camponês na figura do trabalhador de fábrica. A industrialização gera uma massa desarticulada de potenciais desempregados, além de “uma sombra perambulante” de seres não produtivos e inadequáveis, segundo a lógica dominante, ao modo de produção acumulativo e racionalizado. Os chamados *excluídos* seriam exatamente essa massa inadaptada, vítima, segundo ele, de uma “inclusão precária e instável, marginal” (MARTINS, 1997, p. 26).

Esses ditos *excluídos* estão, no que tange à teoria social, associados às reflexões de René Lenoir em sua obra *Les exclus: un français sur dix*, na qual esses foram percebidos enquanto indivíduos esquecidos pelo progresso (ZIONI, 2006; ESCOREL, 2006). Mais especificamente eles seriam todos aqueles que não haviam se adequadado à sociedade existente, dentre os quais os deficientes físicos e mentais, os idosos, os fugitivos, as prostitutas e os delinquentes. Nessa obra, a *exclusão* aparecera enquanto um fenômeno socioestrutural gerado pela própria forma de organização da sociedade moderna e suas particularidades, como, por exemplo, a acumulação desigual do capital (ZIONI, 2006). Foi em solo francês que o tema adquiriu estatuto teórico e relevância, tendo o núcleo de sua problemática sido localizado na crise do assalariamento enquanto mecanismo de inserção social, nas mudanças do processo produtivo e na dinâmica da acumulação capitalista (MARTINS, 2003; ZIONI, 2006; ESCOREL, 2006).

No caso, o fenômeno da *exclusão* encontra-se tradicionalmente vinculado à sociedade capitalista do trabalho, em especial, àqueles sujeitos desnecessários e supérfluos a ela (ESCOREL, 2006). Nesse sentido, ele cede elementos relevantes para a reflexão em curso, também porque

⁸ É importante lembrar que Marx também considera a existência de uma parcela excluída do mundo do trabalho, não fazendo parte do exército de reserva. Mas esse grupo compõe apenas uma parte do *lumpen*, dividido em três subcategorias: i. aqueles aptos para o trabalho; ii. os órfãos e crianças indigentes; iii. indivíduos degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho. Para Marx, a exclusão é tanto parte integrante do sistema como produzido por ele. Para Escorel, a exclusão é sobretudo tratado um efeito perverso.

⁹ Em resumo, de maneira geral e de acordo com a literatura encontrada, é possível pensar a *exclusão social* “de e com diversas formas. Pode-se pensar seu aparecimento segundo modelos distintos de análise, conforme o *locus* e/ou o *focus* das abordagens de alguns autores” (LOPES, 2006, p. 15). No que tange à minha pesquisa, no entanto, tomo como lente teórica especificamente aquela que concebe a *exclusão* enquanto elemento de uma dialética, enquanto um movimento, uma interação entre opostos (OLIVEIRA, 1997; SAWAIA, 2000). A partir desta perspectiva, de origem hegeliana, há um movimento de complementaridade entre os conceitos/fenômenos sociais entre si e consigo mesmos, esses não sendo, assim, entidades acabadas, isoladas; eles interagem continuamente num jogo complexo e são abertos, por isso, a novas reinterpretações, sínteses.

oferece uma abordagem complexa da dimensão social que a extrapola, embora a tome como referência de análise. Hereditariamente associada à noção de trabalho, a noção de *exclusão social*,

incorpora um viés cultural em que são enfatizados o isolamento dos indivíduos, o abalo do sentimento de pertencimento social, a existência de uma anomia, a questão dos vínculos sociais e da coesão social, a crise identitária (ESCOREL, 2006, p. 55).

Assim, se o conceito discute, por exemplo, um desemprego temporário que se torna permanente, crônico, e este desemprego permanente enquanto um elemento intrínseco ao sistema, ou seja, enquanto um fenômeno de cunho estrutural, ele discute também os tantos desdobramentos múltiplos do aspecto cultural da exclusão sobre os sujeitos (ESCOREL, 2006). Nesse ponto, as trajetórias individuais unem-se, para além de suas particularidades, em um fenômeno coletivo de extrema relevância social. Nas próximas páginas analisarei alguns dos elementos sobressalentes das trajetórias de meus interlocutores que os associam a esse debate. Antes disso, no entanto, como já colocado, farei algumas notas metodológicas.

3. Percurso metodológico

Esse estudo teve um caráter essencialmente qualitativo e dialógico, surgido do objetivo, já apresentado, de investigar a trajetória socioafetiva dos sujeitos interlocutores a partir de seus próprios olhares, termos e particularidades. Essa noção de construção do saber através da interlocução dialogou, por sua vez, com os próprios pressupostos associados à noção de *exclusão* adotada, *exclusão* enquanto conceito/fenômeno dinâmico e aberto a reinterpretações, inclusive dos próprios sujeitos que a experienciam.

Nesse contexto, este esforço interpretativo apresentará elementos das trajetórias de 8 (oito) adictos em crack ¹⁰, reconstruídas através de *entrevistas semiestruturadas* realizadas entre fevereiro e março de 2014 em uma comunidade terapêutica ¹¹ na Região Metropolitana do Recife. Para a realização dessas entrevistas, elaborou-se um roteiro como guia de coleta de informações

¹⁰ Os adictos em crack se mostraram como um grupo no qual eu poderia estudar o fenômeno objetivado escapando de uma abordagem puramente economicista, de modo que o processo de *exclusão* que experienciavam não provinha de uma determinada situação financeira crítica, embora a ocasionasse. A minha trajetória pessoal e de estudos na universidade também me apontavam certa intimidade com a problemática do crack, intimidade a qual foi fundamental para me localizar no campo, me aproximar dos sujeitos e me relacionar com eles. No que tange à minha trajetória pessoal, o crack a penetrou de forma marcante através de vários amigos de infância que foram acometidos pelo uso abusivo. Quanto a meus estudos na universidade, destaco minha iniciação científica no NEPS, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas de Segurança – PPGS/UFPE.

¹¹ Para mais elementos sobre as comunidades terapêuticas e sua atuação no combate ao crack, ver, por exemplo, Machado (2011).

por meio de gravações, autorizadas pelos entrevistados e posteriormente transcritas. O tratamento dos dados se deu através da *análise de conteúdo* que buscou localizar as principais citações textuais dos interlocutores e seus sentidos atribuídos.¹²

A comunidade terapêutica escolhida já atua há mais de dez anos no estado de Pernambuco e já recebeu mais de dois mil usuários de substâncias psicoativas (SPAs) – dentre eles especificamente homens entre 18 e 45 anos, usuários de substâncias diversas, sobremaneira o crack. Ela foi escolhida por oferecer especificamente um programa de *reintegração social*, noção antitética relevante para a discussão sobre *exclusão* que buscava desenvolver.

Os interlocutores foram aqueles internos que haviam tido interesse em participar da pesquisa e o número deles foi delimitado pelo ponto de saturação dos achados; realizei entrevistas até que as informações passaram a se repetir, sem adicionar novos elementos à reflexão proposta. No mais, com exceção do gênero masculino, não se buscou delimitar um perfil específico de participante ¹³.

4. Trajetórias de exclusão laboral

Dito tanto, me cabe apenas considerar que, para tecer as reflexões que se seguem, busquei aquilo que foi geral no desenrolar das histórias. Vale salientar, nesse sentido e antes de tudo, que cada interlocutor experienciou os elementos que se seguem à sua maneira e em momentos distintos de sua trajetória. Nesse sentido, as particularidades de suas vidas se perdem em meu esforço, mas essa é uma perda que, na minha perspectiva, pode valer a pena, se possibilita uma reflexão crítica sobre os processos comuns de funcionamento do problema o qual me propus a investigar.

Entre nós a família é o recurso essencial para definir a própria pessoa, o próprio ser humano (DA MATTA, 1990 *apud* SCOREL, 2006).

Se há na teoria social, como vimos, uma associação intrínseca entre a noção de *exclusão* e os aspectos econômico-materiais, há também teóricos que direcionam seu olhar especificamente

¹² Ambos, técnica de investigação e método de análise, foram ampla e proficuamente utilizados em outros estudos de abordagens semelhantes a que propus (MELOTTO, 2009; RUI, 2012; ACIOLI NETO, 2014).

¹³ Com base no *Estudo Sobre o Perfil do Usuário de Crack e/ou Similares no Brasil* (disponível em <http://www.iciet.fiocruz.br/sites/livreto_epidemiologico_17set.pdf> , acesso em 03.ago.2014), realizado pela fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), é sabido que o usuário de crack no país possui um perfil específico, masculino, não branco e oriundo de classes sociais pauperizadas. Esse perfil incita várias discussões a respeito das relações entre raça, gênero e marginalidade no Brasil contemporâneo, presentes, por exemplo, na obra de Anne McClintock (2010) *Couro Imperial: Raça, Gênero e sexualidade no embate colonial*. Apesar dessa correlação extremamente relevante, o meu estudo, pelas suas limitações empíricas, não a problematizará. Não obstante, o perfil resumido dos meus interlocutores encontra-se sistematizados no Anexo 1, perfil esse sistematizado através de um questionário socioeconômico aplicado antes da realização da entrevista.

aos vínculos sociais e em seus respectivos rompimentos (SCOREL, 2006). Xiberras (1993 *apud* NASCIMENTO, 1994), por exemplo, analisou a trajetória do *excluído* no que tange a três tipos de rupturas de vínculos: rupturas de vínculos sociais, de vínculos comunitários e de vínculos individuais. Na visão dessa autora, é como se a *exclusão* fosse uma trajetória de sucessivas e crescentes rupturas de vida (1991 *apud* NASCIMENTO, 1994).

Hilary Silver (1994 *apud* SCOREL, 2006), por sua vez, apresenta a *exclusão* a partir de um paradigma de solidariedade. De acordo com esse paradigma, a *exclusão* seria uma ruptura de cunho cultural e moral do indivíduo com a sociedade. A *exclusão* seria uma deficiência de solidariedade e não meramente um fenômeno de ordem econômica ou política. Essa perspectiva, segundo Scorel, “reconcilia o sentimento de pertencer à coletividade com a exigência de realização individual”. Os indivíduos, a partir desse olhar, podem ser vistos enquanto sujeitos entrelaçados, enredados entre si, sendo essas redes e laços fundamentais para o sujeito se perceber e criar uma identidade (SCOREL, 2006).²³

Para pensar os laços e vinculações dos sujeitos entrevistados, tomei dois polos como principais, quais sejam, o da comunidade próxima – amigos e vizinhos – e o da família – tanto nuclear quanto extensa. Surgiram nas trajetórias outros polos efêmeros de relações, que incluíram presídios, o CAPES-AD, outros centros de tratamento e experiências segmentadas em grupos de moradores de rua. Como esses foram apresentados, no entanto, de forma periférica e com muita dispersão de informações, optei por não mergulhar neles. Apesar disso vale deixar claro que essas esferas de socialização existiram e tiveram também impactos sobre o sentimento de *exclusão* experienciado pelos indivíduos.

Os polos escolhidos, sobretudo o familiar, foram centrais para que os sujeitos pensassem suas histórias, e também sobre esses polos existia uma unidade discursiva mais coesa. Isso representa, de certo modo, sua especial relevância na *exclusão* social vivida no Brasil, em que a esfera pública não se universalizou e a família continua como principal suporte das relações sociais (SCOREL, 2006). Na sociabilidade brasileira, as relações primárias familiares, locais e comunitárias se mantêm como referência para o sujeito reconhecer-se como tal, além de ser um suporte estável frente às frequentes adversidades. Desvinculações neste âmbito configuram situações de isolamento parcial ou completo e de solidão, nas quais os indivíduos não compartilham nenhum lugar social, e não estão ancorados a nenhuma “unidade de pertencimento” familiar ou comunitária (SCOREL, 2006).

Em todas as narrativas ouvidas houve ruptura brusca dos vínculos comunitários que imprimiam identidade ao sujeito, como os vínculos com vizinhos e amigos de infância.

Quando eu chegava, às vezes eles [colegas de infância] saíam. Ninguém me chamava mais para festa de aniversário, mais para nada. Me excluía de tudo. (Ricardo)

A, eles [amigos e vizinhos] não falavam mesmo. (Bruno)

Esse afastamento da comunidade fora justificado por três causas fundamentais:

- i. o risco representado aos demais pela companhia do usuário (o que incluía ser roubado, sofrer violência física, sofrimento etc.)

As pessoas não querem papo. Ele não soma com ninguém, ele só subtrai. As pessoas não querem alguém para subtrair, para tirar as coisas, para te oferecer algum risco, te representar algum risco. Porque o usuário de droga, ele representa um risco para a sociedade, para as pessoas e para si mesmo. (Bruno)

- ii. a aparência socialmente indesejada do “nóia” (na qual se incluem roupas rasgadas ou velhas, a fragilidade de saúde aparentada pela magreza e olheiras, o mal odor da falta de banho etc.)

Ninguém gosta, o cara fedendo. Porque eu era desse nóia, estava nem aí. Andava com a roupa toda rasgada. Ai quem quer perto? Ainda mais na sociedade lá fora, que as pessoas são tudo bam-bam-bam. (Pedro)

- iii. o preconceito da comunidade (o afastamento nesse caso se dava por influência ou imposição social, não por um juízo próprio relativo à aparência de “nóia”)

Eu vi várias mães dizendo: “Não anda com ele, ele é usuário”. (Bruno)

Essas causas apareceram de forma entrelaçada, associadas de modo a racionalizar a fragilização do vínculo ou a sua total destruição. Esse movimento de afastamento era não apenas compreendido, mas internalizado enquanto algo “correto” e “justo”.

De qualquer forma, eu não queria ter um nóia perto de mim. Tu queria? Tu ia querer ter um amigo nóia? Tu gosta dele perto de ti? Não... Com certeza não. Eu não quero uma pessoa que fuma droga perto de mim. (Pedro)

Em todos os casos houve uma estereotipação da figura do usuário enquanto um sujeito perigoso socialmente. Vale resgatar que também Escorel, ao analisar o tema entre moradores de rua, afirmou que “a fantasia estereotipada de sua pessoa acaba por excluí-la do convívio social” (Escorel, 2006, p. 168), situação essa semelhante àquela experienciada pelos entrevistados.

No que tange ainda aos vínculos comunitários, houve também, em contraponto ao afastamento de certos indivíduos, a construção de novas sociabilidades na “rua”, sociabilidades essas que influenciavam e eram influenciadas pelas práticas de uso do crack.

Eu me juntava com uns 3,4. Era numa casa toda fechada assim... O crack... Era muita gente, assim. Era um terreno na casa de uma pessoa. Só que era uma casinha nos fundos. Eles fechava a porta e ficava uns 15, 20 usando até de manhã. Bebendo... (Antônio)

Nesses novos ambientes de socialização também se criavam vínculos de confiança que eram, no entanto, relativamente frágeis. Como também identificado por Escorel (2006, p. 168) o “vínculo estabelecido não promove uma inserção social e sim, apenas, um elo pragmático com uma unidade de pertencimento efêmera e fugaz”. Os entrevistados narravam suas histórias e se referiam aos novos “amigos” conquistados na fase do abuso de crack enquanto “falsos”, amigos que estavam apenas interessados nos mesmos enquanto esses estavam “de cima”, bem financeiramente, com condições de financiar o uso próprio e, eventualmente, o alheio. Como bem localizou Escorel (2006, p. 167), também nesse caso “a justaposição de indivíduos isolados, a constituição de agrupamentos, não constitui um anteparo ao processo de exclusão social, na medida em que a sobrevivência de cada um não chega a constituir-se em interesse do outro”. Há, em verdade, uma racionalização utilitária do vínculo, associada, por exemplo, aos acordos financeiros, que, quando rompidos, comprometem a ligação.

Todo o dia o cara vai no traficante. Eles criam uma relação também, vai criar confiança nele, uma amizade. Ai o que vai acontecer. O usuário fala uma coisa para usar a droga, vai dizer que amanhã vai pagar. Só que o traficante tem que prestar conta para o grandão. Se esse cara não paga... ai é que rola. (Júlio)

Esse novo universo de vinculações era, por sua instabilidade e fragilidade, um espaço de riscos. Vários foram os casos em que os sujeitos entrevistados narraram eventos em que sua própria vida era ameaçada.

A gente tinha convivência no mundo da droga. Ali rolava porrada, um matava o outro, como eu cansei de ver. Eu mesmo já fui ameaçado várias vezes. (Antônio)

A violência se manifestou enquanto uma mediadora em vários momentos da fase crítica dos usuários. Não apenas foram vítimas, como algozes, estimuladores de “malindades”.¹⁴ Os motivos para tanto envolviam dívidas, desentendimentos, rinchas entre diferentes grupos de usuários e vendedores, e dentro dos próprios grupos. Se o crack foi em determinados momentos um elemento de solidariedade, foi também motivo de disputa e conflitos, conflitos também em âmbito familiar.

No que tange às vinculações familiares, essas ocuparam um papel central em todos os relatos. Como ressaltou Escorel (2006) “a família se mantém simbolicamente em algo como um ponto fixo em torno do qual homens e mulheres podem contar uma história e montar uma

¹⁴ *Malindade* foi um neologismo encontrado em campo, utilizado como sinônimo de maldade. O neologismo vem do termo *malino*, que significa ser mal de essência, maldoso, pernicioso.

biografia, atribuir sentido às suas existências e montar projetos de futuro” (TELES, 1990 *apud* ESCOREL, 2006). Dentro de sua centralidade, as vinculações familiares mostraram-se, nas trajetórias do uso do crack, como uma esfera **i.** bastante suscetível a alterações configuracionais e **ii.** com alto potencial de influência sobre o quadro geral das desvinculações. Como também localizou Escorel, as drogas “constituem motivo de conflito e rejeição no âmbito familiar” (ESCOREL, 2006, p. 167), dentre outros motivos a serem elucidados, pelas dificuldades na obtenção e manutenção de empregos, e um forte obstáculo para a economia de dinheiro e a sustentação das necessidades da casa.

A gente gasta dinheiro e não assume as responsabilidades da casa para usar droga... (Marcos)

Eu não enxergava os deveres da casa, botar uma alimentação na mesa. (Antônio)

É possível nesse universo perceber uma diferença na intensidade do vínculo no que tange aos círculos familiares. Os indivíduos de vinculação consanguínea direta (pai, mãe e irmãos) possuíram, nos casos analisados, também uma vinculação afetiva mais estreita, apoiando o usuário inclusive nos momentos mais críticos de suas trajetórias. No caso, as figuras sociais da mãe e do pai foram apresentadas como vínculos centrais e relativamente permanentes em contraponto ao abandono dos demais parentes.

A família, pai e mãe, é o que mais ajuda. O resto acaba abandonando a pessoa. (Ricardo)

Na família, a gente sente o apoio dos que tiveram mais próximos da gente. (...) Quando é cunhado, uma familiar mais distante, aí é mais difícil. Muitas pessoas da família da minha esposa, dos círculos vizinhos, muitos não queriam falar comigo. Pessoas da minha própria família.... Tem familiar meu que nem fala comigo. (Marcos)

O “*abandono*” colocado pelos entrevistados deve ser analiticamente colocado como uma desvinculação simbólica, no sentido de que o vínculo consanguíneo ainda permanece. Essa associação nos leva a evidenciar o caráter social da família que sobrepõe, muitas vezes, seu caráter biológico. Esse caráter social está, por sua vez, associado à intensidade das relações travadas entre os sujeitos vinculados e/ou à expectativa por trás das mesmas, como também nos sugere Pedro:

Dentro de casa mesmo passava era dias sem falar com meu pai. Fingia que nem era meu pai.

“Fingir” a ausência de vínculo foi um elemento colocado com muita frequência, demonstrado, por sua vez, enquanto um mecanismo de autodefesa emocional para escapar das expectativas inerentes aos papéis sociais familiares e da frustração das mesmas.

Embora, de maneira geral, seja possível afirmar que haja certa permanência, mesmo que frágil, no que tange a determinados vínculos familiares, há uma mudança significativa na expressão do vínculo, tornando-se regra a humilhação e a crítica.

Hora eles falavam duro comigo. Falavam que se eu não mudasse de vida, eles não tinham o que fazer. Iam me deixar de lado. Que não confiavam mais em mim, que eu era isso, aquilo... Meu Deus... (Marcos)

Mas eu sempre fui criticado, humilhado. Pela minha própria família até.” (Antônio)

Em todos os casos houve uma paulatina depauperação de elementos que mantinham o vínculo positivo mais intenso, dos quais o mais relevante foi a *confiança*.

Fui perdendo a confiança até que eles passaram a não querer mais que eu entrasse em casa. (Bruno)

Quem vai confiar num dependente químico dentro de casa? Ninguém. (João)

A perda da *confiança* foi apresentada como resultado das ações desses sujeitos diante da necessidade de usar a droga sem ter necessariamente como financiá-la. Esse descompasso implicou, por exemplo, no roubo de objetos pessoais e dinheiro de parentes, comercializados pelos usuários de maneira informal. As constantes *mentiras* para esconder o uso e/ou encobrir os furtos também foi um elemento que ocasionou a perda dessa *confiança*.

A relação que eu tinha com as pessoas nessa época era de mentiras, de disfarce. Eu tentava enganar todo mundo que tivesse pela frente. (Marcos)

Em muitos casos, como elucidado em fala anterior, a perda da confiança levou à expulsão de casa ou a uma permanência vigiada, na qual o usuário perdera a possibilidade de circular livremente na residência que habitara. Essa desvinculação espacial ou, em certos casos, a alteração na vinculação espacial foi apresentada como marcante nas trajetórias estudadas, em especial nos casos de expulsão do lar, como os de Bruno e João. Ambos, em decorrência disso, passaram a habitar a rua, fase caracterizada pelos mesmos como a mais crítica de suas trajetórias, marcada pela ausência da família, ou interrupção prolongada dos vínculos familiares. Nesta fase o uso de drogas passou a ser mais intenso e as desvinculações mais evidentes.

Que a minha família mesmo não quis mais saber de mim, aí eu piorei. (João)

Em seu estudo, Escorel (2006) aponta o álcool enquanto um elemento que atenua provisoriamente as condições de vida, alterando o vazio da existência ocasionado pela perda de vínculos sociofamiliares.

O álcool possibilita desligar-se do mundo real e mergulhar em outro plano de realidade, tornando suportável o cotidiano. [...] Considerando-se que a desvinculação no eixo sociofamiliar é um processo de fragilização que pode converter-se em isolamento e vazio social, o álcool é uma forma possível de preencher o vazio ou, melhor, uma maneira de sequer senti-lo (ESCOREL, 2006, p. 167).

O mesmo foi posto pelos usuários entrevistados por mim em relação ao crack. Em situações de precariedade de vínculos familiares, como depois do divórcio ou da morte de parentes, o abuso de crack aprofundou-se. “Afundar” foi o verbo utilizado com mais frequência para expressar essa alteração percebida como negativa na vida dos mesmos. O uso dele se deu constantemente no gerúndio e na posição reflexiva, “*fui me afundando*”, o que, por sua vez, expressa um processo paulatino, embora rápido, que é ativo, estimulado pelo próprio sujeito. Em todos os casos, o processo de desvinculação sociofamiliar esteve associado a uma deterioração pessoal com o uso ainda mais abusivo de crack. É importante afirmar que o distanciamento da unidade familiar e o rompimento de laços e referenciais que o vinculam à sua comunidade conduzem a uma experiência de isolamento que não pode ser negligenciada na discussão (ESCOREL, 2006).

O desprezo dói demais. Mexe demais com a gente. Já pensou, tu passar o Natal, o Ano sem conviver com tua família? (Antônio)

Esse quadro geral de desvinculação levou, como já elucidado, a um autoisolamento, definido aqui enquanto um *padrão comportamental típico de movimento voluntário de afastamento do próprio agente excluído*. Segundo Escorel (2006),

no Brasil, o isolamento adquire um significado especial, mesmo quando não se trata de moradores de rua. Numa sociedade fortemente marcada pelo domínio da casa, em que prevalecem as relações pessoais, os laços de amizade, lealdade e compadrio, o isolamento e a individualização somente devem ocorrer quando não existe nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa, seja pessoa, instituição ou até mesmo localidade (ESCOREL, 2006, p. 168).

Essa perda do referencial identitário foi declarada com muita angústia pelos entrevistados. Quanto aos motivos citados para essa perda, para esse isolamento, dois principais puderam ser identificados:

- i. o afastamento causado pelos efeitos psicotrópicos e psicológicos da droga. Dentre esses últimos, cito a não mais identificação com os demais sujeitos, como colocado por Júlio e Marcos. Sentir-se inferior ou como não fazendo parte de grupos foi citado constantemente.

Porque eu ficava afastado. Eu ficava isolado. A pessoa fica isolada. A gente não enxerga amor de pai, de mãe, de filho, de irmão. As vezes as pessoas querem nos dar carinho, mas a gente não aceita porque tá drogado. (Antônio)

Na verdade, eu mesmo me afastei deles. Para o usuário de drogas, não são os amigos, é o usuário de droga que se afasta. Porque ele jamais vai colar ali no meio de gente. Porque ele sabe que ali não é o meio dele. Aquele meio que a gente tava acostumado a ficar já não é mais o nosso. Você não vai. (Júlio)

Porque ele se sente inferior àquelas pessoas, ele procura ficar sozinho para usar. (Marcos)

ii. o afastamento causado pela repulsa em relação ao tratamento e humilhação alheia.

Eu cheguei a um ponto que eu achava que o que eles pensavam não importava, não influenciava em nada... porque ninguém me ajudou. Ninguém queria saber de ajudar. Daí eu me isolei. Começava das pessoas aí depois eu preferi também me isolar. (Bruno)

Se o primeiro motivo fora citado por quatro dos entrevistados, o segundo o fora por todos, mesmo que isso possa em certo sentido aparentar uma contradição de discurso. Como afirmar que o autoisolamento acontece em função da humilhação e desprezo dos outros, após afirmar que ele próprio não aceitava o carinho, o amor e a ajuda? “O isolamento, qualquer que seja a idade ou motivo, representa sempre um empobrecimento dos suportes relacionais” (SCOREL, 2006, p. 167), que embora nem sempre desejados, serão em diversos momentos necessários e esperados, sobretudo quando o sujeito encontra-se fragilizado. Quando os entrevistados desejaram esse apoio, ele não mais existia em função, por exemplo, das diversas “decepções” causadas.

Minha família se decepcionava né... Lutava comigo até o fim. Mas são pessoas que tem uma ferida dentro deles através do que eu causei. (Marcos)

Eles que se afastaram de mim. Porque eles já sofreram muito comigo também, né? (João)

Arendt (1989 *apud* SCOREL, 2006) diferencia, em seus estudos, isolamento e solidão. Isolamento significaria, para a autora, a “impotência”, a “incapacidade de agir”, o “não posso agir porque não há ninguém para agir comigo”. A solidão se daria quando o isolamento tornara-se insuportável e quando o sujeito em questão não é mais do interesse de nenhum outro. Esse sentimento extremo de solidão fora sentido e citado pelos entrevistados em vários momentos.

A minha família não me queria mais... Eles não me queriam mais... Dá para acreditar? Eu fiquei sozinho no mundo. (João)

“Os processos de vulnerabilização dos vínculos familiares, o afastamento dos contatos, o isolamento social e a solidão acabam por afastar o indivíduo da própria ideia de humanidade”

(SCOREL, 2006, p. 168). Essa foi uma face muito cruel da *exclusão* sentida pelos meus entrevistados, se não de forma permanente, em diversos momentos de suas trajetórias. Isso teve diversas repercussões para sua visão de si e trouxeram vários elementos da intersubjetividade fundamentais para a análise discorrida, elementos esses que demandam, por sua vez, um esforço de compreensão à parte.

5. Conclusão

Os processos de *exclusão* narrados lançaram luz sobre elementos relevantes ao universo socioafetivo de usuários de crack, caracterizado, dentre outros aspectos e particularidades, pela humilhação, pelo distanciamento e, tantas vezes, total abandono. Paralela e atrelada a tais rupturas, por parte dos interlocutores, pude evidenciar um senso de degradação moral, com impactos marcantes e negativos sobre sua identidade, já depreciada pelo vício. As contribuições desse artigo se deram sobretudo na medida em que ele problematizou, em diálogo com a tradição teórica e por meio de uma abordagem intersubjetiva, os diversos significados dos vínculos afetivos e de sua perda para esses sujeitos, ditos *excluídos* da sociedade.

Nesse sentido, esse estudo reforça também a pertinência das reflexões sobre as vinculações socioafetivas dos atores sociais para estudos de *exclusão*, pensando aqui tais vínculos não apenas no seu caráter agregador, mas enquanto um elemento formador de identidades e moralidades. Os resultados sugerem também a importância de se pesquisar essas trajetórias socioafetivas a partir da perspectiva dos diversos grupos sociais, o que nos possibilita identificar elementos particulares das experiências dos mesmos. Esses estudos específicos nos permitirão posteriormente estudos comparativos, através dos quais lógicas abrangentes de funcionamento social e seus mecanismos poderão ser investigados com mais profundidade.

No mais, esse empreendimento interpretativo, por ser fruto de uma reflexão que usou como chave compreensiva o conceito de *exclusão social*, deu conta de resgatar as literaturas centrais associadas ao mesmo, não tratando, no entanto, de maneira acurada, discussões conceituais próprias da Sociologia da Família e da Sociologia das Emoções. Dado que essas tradições teóricas são de extrema relevância e robustez, se faz importante para outros estudos do gênero um diálogo mais consistente com as mesmas e suas contribuições compreensivas.

Por fim, embora meu estudo tenha trabalhado com uma amostra de conveniência, não permitindo a generalização de seus achados, a sua representatividade pode ser reforçada pela reprodução do perfil do usuário de crack no Brasil. Se a problematização desse perfil não fora, no entanto, aqui realizada com afincos, ela mostrou-se fundamental para o aprofundamento do

debate e da compreensão sobre as trajetórias de adictos em suas diferentes fases de vida. Tal problematização é, sem reticências, um elemento indispensável a estudos subsequentes.

Para finalizar, resalto enfim as contribuições deste estudo para pensar, além de problemáticas associadas à *exclusão*, mais diretamente o mundo do crack. Ele se coaduna com as tantas temáticas que vem sendo discutidas em cenário regional e nacional, dirigido não apenas pelos grupos de pesquisa das universidades públicas, como também pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública do Governo Federal, mais especificamente através da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Vale-me expressar meu desiderato de que esse trabalho possa colaborar diretamente com tal debate e com a estruturação de formas de atuação individual e coletiva que ambicionem, muito além da repressão do tráfico e da cega e moralista extinção do consumo, a promoção de uma cidadania inclusiva em seus mais amplos e utópicos sentidos.

Anexo I

Características socioeconômicas dos entrevistados. Elaboração própria.

Interlocutor*	Marcos	Antônio	Bruno	Júlio	Pedro	João	Ricardo	André
Idade	45	41	33	40	19	29	28	26
Estado civil	Casado	Solteiro	Divorciado	União	Solteiro	União	União	Solteiro
				Estável		Estável	Estável	
Filhos	2	3	2	3	-	2	1	-
Escolarização	2º	2º	Superior	Superior	1º	1º	2º	2º
	Completo	Incompleto	Completo	Completo	Incompleto	Incompleto	Incompleto	Completo
Profissão	Aux. de Enfermagem	Cozinheiro	Cabelereiro	Técnico industrial	Tec. de eletrônica	Cozinheiro	Diretor de empresa	Vendedor Autônomo
Renda	2 SM	2 SM	4 SM	2 SM	2 SM	2 SM	4 SM	2 SM
aproximada**								

* Nomes fictícios.

** Em salários mínimos.

Referências

ACIOLI, Sonia. *Redes Sociais e a Teoria Social: Revendo os fundamentos do conceito*. Inf. Inf., Londrina, v.12, n. Esp, 2007.

BRAGA, João Paulo Reis. Crack: um panorama da produção científica brasileira sobre essa droga. Monografia. Recife, 2010.

CAVALCANTI, Mariana e FRÚGOLI, Heitor. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. Anuário Antropológico II (2013) 2012/II.

COSTA, Julie. Trajetórias de exclusão social: teoria, crítica e experiência. [Monografia] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, 2014.

DAUDELIN, Jean & RATTON, José Luiz. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 29, n. 2, pp. 115-133. Agosto de 2017.

DOMINGUES, José. *Teorias Sociológicas no Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (pp.13 até 38).

ESCOREL, Sarah. Vidas ao léu: Trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FRÚGOLI JR, H. *Introdução: dossiê Luz*, São Paulo. Ponto Urbe, São Paulo, v. 6, n. 11, 2012.

FRÚGOLI, Heitor & CAVALCANTI, Mariana. *Territorialidades da(s) crackolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Anuário Antropológico II, 2012/II.

GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

GOMES, Bruno Ramos & ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. *Tornar-se nôia: trajetória e sofrimento social nos usos de crack no centro de São Paulo*. Out. Revista Etnográfica, 2011.

HART, Carl. *Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LOPES, José Rogério. *Exclusão social e controle social: Estratégias contemporâneas de redução da subjetividade*. Psicologia e Sociedade. 18 (2): 13-24; mai./ago, 2006.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus. Coleção Temas da Atualidade, 1997. (p. 7- p. 37).

_____. *A sociedade vista do abismo / Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Editora Vozes. 2ª Edição, 2003. (p. 9- p. 117).

MELOTTO, Patrícia. *Trajetórias e usos de crack: um estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo – RS*. [Dissertação de mestrado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) – Porto Alegre, 2009.

REINARMAN, C. & LEVINE, H.G. (Eds). *Crack in america: demon drugs and social justice*. London: University of California Press. 1997.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. Cad. CRH., Salvador, n.21. p.29-47, jul./dez, 1994.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. *Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”*. Civitas Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 4, núm. 1, janeiro-junho, 2004, pp. 159-188, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil, 2004.

MACHADO, Laura Paes. *Do crack a Jesus: um estudo sobre carreiras de usuários de substâncias psicoativas em uma comunidade terapêutica religiosa*. Dissertação. Salvador, 2011.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: Raça, Gênero e sexualidade no embate colonial*, 2010.

MELOTTO, Patrícia. *Trajetórias e usos de crack: um estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares de São Leopoldo – RS*. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Luciano. *Os excluídos ‘existem’? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, nº 33, fev. São Paulo, 1997.

RUI, Taniele Cristina. *Corpos Adjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. [Tese] Universidade Federal de Campinas – Campinas, 2012.

_____. *Nas tramas do crack*. Etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUI, T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L.F. *Pesquisa preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”*. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

SAWAIA, Bader Org. *As Artimanha da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes. 9ª Ed, 2009.

ZIONI, Fabiola. *Exclusão Social: noção ou conceito?* Saúde e Sociedade v.15, nº 3, p.15-29, set/dez, 2006.